

CONTRATO Nº 102/2013 – AJUR/FHB,
que entre si celebram a **FUNDAÇÃO**
HEMOCENTRO DE BRASÍLIA e a
empresa **VJR COMERCIAL LTDA.**

Pelo presente instrumento, de um lado, a **FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA**, pessoa jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o n.º 86.743.457/0001-01, com sede no Setor Médico Hospitalar Norte – quadra 03, conj. “A”, bloco 03, Brasília/DF, doravante denominada simplesmente **FHB** ou **CONTRATANTE**, representada neste ato por sua Diretora - Presidente, **BEATRIZ MAC DOWELL SOARES**, brasileira, casada, médica, residente e domiciliada nesta Capital, portadora do CPF/MF n.º 307.615.067-72 e da Carteira de Identidade n.º 2.994.650 SSP – RJ, e de outro lado, a empresa **VJR COMERCIAL LTDA**, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 66.511.429/0002-32, sediada em São Paulo – SP à Av. Giovanni Gronchi, 6051- CJ 01, CEP: 05724-003, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por **JOANA BEZERRA DA SILVA LUCENA**, brasileira, casada, diretora comercial, portadora da Carteira de Identidade com o n.º 52.100.198-15 SSP/SP e do CPF/MF n.º 613.036.314-15, tendo em vista o que consta no **Processo n.º 063.000.326/2012**, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição, têm entre si justo e acertado a celebração do presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE INSUMOS**, na forma das condições e cláusulas seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PROCEDIMENTO

O presente Contrato obedece aos termos do Edital de Licitação, na modalidade de Pregão Eletrônico, este de nº 029/2013 – SULIC/SEPLAN (fls. 126/142), da Proposta (fls. 519 a 524), da Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, c/c o Decreto Federal nº 7.892/13 que veio a substituir o Dec. Federal 3.931/01, este recepcionado no Distrito Federal pelo Decreto Distrital nº 22.950/02.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a locação de 07 (sete) aparelhos hemoglobinômetro fotométrico com leitura por meio de dois comprimentos de ondas, faixa de medida 0 a 25 g de hemoglobina/dl, memória de pelo menos 1.000 testes, portátil para dosar hemoglobina com rapidez e segurança – item 01, conforme disposições em Edital fl. 459 e consoante Nota de Empenho (nº 2013NE00814, emitida em 29/10/2013, fl. 590), bem como a aquisição dos insumos vinculados ao conjunto integrado, sendo 79.200 (setenta e nove mil e duzentos) unidades microcuveta hemoglobina/hematócrito em plástico inquebrável, descartáveis para coleta, por capilaridade, de amostras para testes de determinação da hemoglobina do sangue – **item 02**, conforme disposições em Edital, fl.459 e especificações contidas na Nota de Empenho (nº 2013NE00813, emitida em 29/10/2013).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O valor total do Contrato é de R\$ 149.796,00 (cento e quarenta e nove mil setecentos e noventa e seis reais), procedentes do Orçamento do Distrito Federal, sendo o valor de R\$ 40.500,00 (quarenta mil e quinhentos reais) referente ao item 1, e o valor de R\$ 109.296,00 (cento e nove reais duzentos e noventa e seis reais) referente ao item 2, a correr as despesas por conta da seguinte rubrica orçamentária:

Item 1:

- I. Unidade Orçamentária: 23202;
- II. Programa de trabalho: 10.303.6202.2811.0001;

- III. Elemento de Despesa: 33.90.39;
- IV. Fonte de Recurso: 138 (Recursos do SUS).

Item 2:

- I. Unidade Orçamentária: 23202;
- II. Programa de trabalho: 10.303.6202.2811.0001;
- III. Elemento de Despesa: 33.90.30 (Material de Consumo);
- IV. Fonte de Recurso: 138 (Recursos do SUS).

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA E DO LOCAL DE FORNECIMENTO

O fornecimento do objeto deste Termo processar-se-á, quanto aos reagentes, de forma parcelada, devendo CONTRATADA efetuar a entrega dos materiais constantes nos **item 02** em quatro parcelas, sendo a primeira parcela de 19.800 (dezenove mil e oitocentos) testes em até 30 dias após o recebimento da Nota de Empenho, a segunda parcela de 19.800 (dezenove mil e oitocentos) testes em até 90 dias após o recebimento da Nota de Empenho e a terceira de 19.800 (dezenove mil e oitocentos) testes em até 180 dias após o recebimento da Nota de Empenho, e a quarta parcela de 19.800 (dezenove mil e oitocentos) testes em até 270 dias após o recebimento da Nota de Empenho conforme previsto no edital fls. 461 e 592/593.

A entrega e instalação do equipamento deverá ser concomitante com sua instalação na pré-triagem do Núcleo de Coleta da Gerência do ciclo do Doador na FHB, no prazo máximo de 08 dias úteis após o recebimento da Nota de Empenho, outrossim, a contratada deverá proceder a Qualificação de Instalação e a Qualificação Operacional do mesmo, que deverá estar concluída até a data da 1ª entrega do material.

PARÁGRAFO ÚNICO – Fica admitida a sua prorrogação, de acordo com as hipóteses previstas no § 1º, do art. 57 da Lei 8.666/93, devidamente justificada por escrito e previamente autorizada.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

O pagamento será feito, de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, em parcelas, mediante a apresentação de Nota Fiscal, liquidada até 30 (trinta) dias de sua apresentação, devidamente atestada pelo Executor do Contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá comprovar a regularidade fiscal para com a Fazenda do Distrito Federal, Seguridade Social (CND), ao FGTS e à Justiça do Trabalho, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente Contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura e eficácia com a respectiva publicação de seu extrato no Diário Oficial do Distrito Federal, podendo ser prorrogado conforme a legislação vigente, fl. 448.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA

7.1 A garantia para a execução do Contrato será prestada conforme previsão constante do Edital, fl. 448, na forma de:

I – caução em dinheiro, ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

II – seguro-garantia; ou,

III – fiança bancária.

7.2 A garantia será de 2% (dois por cento) do valor do contrato, conforme §2º. Art. 56 da Lei nº8.666/93.

7.3 A fiança bancária formalizar-se-á através de carta fiança fornecida por instituição financeira que, por si ou pelos acionistas detentores de seu controle, não participem do

capital ou da direção da licitante, sendo indispensável expressa renúncia, pelo fiador, aos benefícios do art. 827, do Código Civil de 2002.

7.4 Toda e qualquer quantia prestada pela licitante detentora da Ata:

- a. somente poderá ser levantada após a extinção do contrato, e quando em dinheiro, atualizada monetariamente;
- b. poderá, a critério da Administração do Distrito Federal, ser utilizada para cobrir eventuais multas e/ou para cobrir o inadimplemento de obrigações contratuais, sem prejuízo da indenização eventualmente cabível. Nesta hipótese, no prazo máximo de 15(quinze) dias corridos após o recebimento da notificação regularmente expedida, a garantia deverá ser reconstituída;
- c. ficará retida no caso de rescisão contratual, até definitiva solução das pendências administrativas e/ou judiciais;
- d. será liberada mediante pedido por escrito pelo contratado.

7.5 Sem prejuízo das sanções previstas na lei e no Edital, a não prestação da garantia exigida será considerada recusa injustificada em assinar o Contrato, implicando na imediata anulação da Nota de Empenho emitida.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da FHB durante a vigência do contrato:

- 8.1 Cumprir todos os compromissos financeiros autorizados e assumidos com a Contratada;
- 8.2 Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa executar o objeto do Contrato;
- 8.3 Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre quaisquer intercorrências e/ou irregularidades observadas na execução do objeto do Contrato;
- 8.4 Notificar a Contratada, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- 8.5 Rejeitar, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com as especificações deste Termo;

8.6 Cumprir com as obrigações previstas no Edital de Licitação, mesmo que não transcritas para o presente Contrato.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

São obrigações da **Contratada**:

- 9.1 A Contratada fica obrigada a apresentar, à FHB:
- 9.2 Até o quinto dia útil do mês subsequente, comprovante de recolhimento dos encargos previdenciários, resultantes da execução do Contrato;
- 9.3 Comprovante de recolhimento dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais; e:
- 9.4 Garantir a boa qualidade dos produtos fornecidos à **FHB**, bem como efetuar a imediata substituição, às suas expensas, no prazo máximo de 1 (um) dia útil, após a comunicação da FHB, de qualquer produto entregue, que não esteja de acordo com as especificações ou em relação ao qual, posteriormente, não obstante os testes realizados, venha a se constatar qualquer adulteração ou vício;
- 9.5 Zelar e garantir a boa qualidade dos produtos fornecidos à FHB, em consonância com os parâmetros de qualidade fixados e exigidos pelas normas técnicas pertinentes, expedidas pelo poder Público;
- 9.6 Cumprir rigorosamente as normas técnicas relacionadas ao transporte dos produtos, responsabilizando-se pela qualidade das embalagens que acondicionam o produto;
- 9.7 Responsabilizar-se pelo pagamento de taxas, fretes, seguros, transporte, embalagens, e demais encargos decorrentes do fornecimento do objeto deste contrato;
- 9.8 Responder por violações a direito de uso de materiais, métodos ou processos de execução protegidos por marcas ou patentes, arcando com indenizações, taxas e/ou comissões que forem devidas;
- 9.9 Entregar os produtos observando o seguinte:
- 9.10 O acondicionamento e transporte devem ser feitos dentro do preconizado para os produtos e devidamente protegidos do pó e variações de temperaturas. No caso de produtos termolábeis, a embalagem e os controles devem ser apropriados para garantir a integridade do produto, devendo ser utilizadas preferencialmente fitas especiais para monitoramento de temperatura durante o transporte;

- 9.11 As embalagens externas devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento, etc.);
- 9.12 As embalagens primárias individuais dos produtos devem apresentar o número do lote, data de fabricação e prazo de validade.
- 9.13 Constitui obrigação da Contratada o pagamento dos salários e demais verbas decorrentes da prestação de serviço;
- 9.14 A Contratada responderá pelos danos causados por seus agentes;
- 9.15 A contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.16 Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais e/ou materiais, causados por técnicos (empregados) e acidentes causados por terceiros, bem como pelo pagamento de salários, encargos sociais e trabalhistas, tributos e demais despesas eventuais, decorrentes da prestação dos serviços;
- 9.17 A contratada declarará a inexistência de possibilidade de transferência à FHB, de responsabilidade por encargos trabalhistas, fiscais, comerciais e/ou previdenciários porventura inadimplidos, bem como a inexistência de formação de vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Pública;
- 9.18 Fica a CONTRATADA obrigada a cumprir todas as condições constantes em Edital e seus anexos, que são partes integrantes do presente Termo, como se nele estivesse transcrito.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a Contratada à multa prevista na Ata de Registro de Preços, descontada da garantia oferecida ou judicialmente, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93, facultada ao Distrito Federal, em todo caso, a rescisão unilateral, bem como investir-se na posse de bens, alienar coisas, promover contratações para conclusão ou aperfeiçoamento de obras ou serviços.

10.1 Das Espécies.

10.1.1 As licitantes e/ou contratadas que não cumprirem integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, estão sujeitas às seguintes sanções em conformidade com o Decreto nº 26.851, de 30/05/2006, publicado no DODF nº 103, de 31/05/2006, pg. 05/07, alterado pelos Decretos nºs 26.993/2006, de 12/07/2006 e 27.069/2006, de 14/08/2006:

I – advertência;

II – multa; e

III – suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Distrito Federal, por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

III.1 – para a licitante e/ou contratada que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; a penalidade será aplicada por prazo não superior a 5 (cinco) anos, e a licitante e/ou contratada será descredenciada do Sistema de Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo das multas previstas em Ata de Registro de Preços e no contrato e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

10.1.2 As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem anterior poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

10.2 Da Advertência

10.2.1 A advertência é o aviso por escrito, emitido quando o licitante e/ou contratada descumprir qualquer obrigação, e será expedido:

I - pela CENTRAL DE LICITAÇÕES, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; e

II – pelo ordenador de despesas da FHB se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

10.3 Da Multa

10.3.1 A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada, pelo ordenador de despesas da FHB, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério da FHB, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;

III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste subitem;

IV - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/ nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e

V- 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

10.3.2 A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666/93 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666/93, observada a seguinte ordem:

- I - mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;
- II - mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e
- III - mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

10.3.3 Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

10.3.4 O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

10.3.5 Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

- I - o atraso não superior a 5 (cinco) dias; e
- II - a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

10.3.6 A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto do subitem 11.1.2 e observado o princípio da proporcionalidade.

10.3.7 Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do subitem 11.3.1.

10.3.8 A sanção pecuniária prevista no inciso IV do subitem 11.3.1 não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejam penalidades.

10.4 Da Suspensão

10.4.1 A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitação e de contratar com a FHB, e, se aplicada em decorrência de licitação na modalidade pregão, ainda suspende o registro cadastral da licitante e/ou contratada no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 25.966, de 23 de junho de 2005, e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, de acordo com os prazos a seguir:

I - por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo de advertência, emitida pela CENTRAL DE LICITAÇÕES, a licitante e/ou contratada permanecer inadimplente;

II - por até 90 (noventa) dias, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido na Ata de Registro de Preços, os documentos e anexos exigidos, quer por via fax ou internet, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;

III - por até 12 (doze) meses, quando a licitante, na modalidade pregão, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato; e

IV - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a licitante:

a) apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;

b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e

c) receber qualquer das multas previstas no subitem anterior e não efetuar o pagamento;

10.4.2 São competentes para aplicar a penalidade de suspensão:

I - a CENTRAL DE LICITAÇÕES, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; e

II - pelo ordenador de despesas da FHB, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

10.4.3 A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal

10.4.4 O prazo previsto no inciso IV poderá ser aumentado para até 05 (cinco) anos, quando as condutas ali previstas forem praticadas no âmbito dos procedimentos derivados dos pregões.

10.5 Da Declaração de Inidoneidade

10.5.1 A declaração de inidoneidade será aplicada pelo (a) Diretor (a) Presidente da FHB, à vista dos motivos informados na instrução processual.

10.5.2 A declaração de inidoneidade prevista neste item 11.5 permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que a contratada ressarcir a FHB pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo da sanção.

10.5.3 A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinadas ou vinculadas ao Poder Executivo do Distrito Federal, e à Administração Pública, consoante dispõe o art. 87, IV, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.6 Das Demais Penalidades

10.6.1 As licitantes que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção no registro no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, administrado pela CENTRAL DE LICITAÇÕES, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

I - suspensão temporária do certificado de registro cadastral ou da obtenção do registro, por até 24 (vinte e quatro) meses, dependendo da natureza e da gravidade dos fatos; e

II - declaração de inidoneidade, nos termos do subitem 11.5;

III - aplicam-se a este subitem as disposições do subitem 11.4.3 e 11.4.4.

10.6.2 As sanções previstas nos subitens 11.4 e 11.5 poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em razão dos contratos regidos pelas Leis Federais nºs 8.666, de 1993 ou 10.520, de 2002:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação; e

III - demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

10.7 Do Direito de Defesa

10.7.1 É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

10.7.2 O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

10.7.3 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Capítulo, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;

10.7.4 Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após o esgotamento da fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, devendo constar:

I - a origem e o número do processo em que foi proferido o despacho;

II - o prazo do impedimento para licitar e contratar;

III - o fundamento legal da sanção aplicada; e

IV - o nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

10.7.5 Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção providenciará a sua imediata divulgação no sítio www.compras.df.gov.br, inclusive para o bloqueio da senha de acesso ao Sistema de Controle e Acompanhamento de Compra e Licitações e Registro de Preços do Distrito Federal - e-compras, e aos demais sistemas eletrônicos de contratação mantidos por órgãos ou entidades da Administração Pública do Distrito Federal.

10.7.6 Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal as sanções aplicadas com fundamento nos subitens 11.2 e 11.3 deste capítulo de penalidades, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.8 Do Assentamento em Registros

10.8.1 Toda sanção aplicada será anotada no histórico cadastral da empresa.

10.8.2 As penalidades terão seus registros cancelados após o decurso do prazo do ato que as aplicou.

10.9 Da Sujeição a Perdas e Danos

10.9.1 Independentemente das sanções legais cabíveis, regulamentadas pelo Decreto nº 26.851/06 e suas alterações, previstas nesta Ata de Registro de Preços, a licitante e/ou contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à FHB pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

10.10 Disposições Complementares

10.10.1 As sanções previstas nos subitens 11.2, 11.3 e 11.4 do presente capítulo serão aplicadas pelo ordenador de despesas da FHB.

10.10.2 Os prazos referidos neste capítulo só se iniciam e vencem em dia de expediente na FHB.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Toda e qualquer alteração deste Contrato deve observância à forma preconizada no art. 65 da Lei nº 8.666/93, mediante Termo Aditivo próprio que não lhe altere o objeto.

PARÁGRAFO ÚNICO – a alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias, suplementares, até o limite do respectivo valor, **dispensa a celebração de aditamento.**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

O contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da FHB, reduzido a termo no respectivo processo, na forma prevista na Ata de Registro de Preços, observado o disposto nos arts. 77, 78 e 79 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se a Contratada às consequências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS DÉBITOS PARA COM A FHB

Os débitos da Contratada para com a FHB, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO EXECUTOR

A FHB, por meio de ato próprio, e com amparo no art. 67 da Lei nº 8.666/93, designará um Executor para o Contrato, que desempenhará as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela FHB, na Imprensa Oficial do Distrito Federal, de acordo com o Parágrafo Único, do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

Fica eleito o foro de Brasília – Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias ao presente contrato, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

PARÁGRAFO ÚNICO – Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060, conforme Decreto nº 34.031, de 12 de dezembro de 2012.

E assim, por estarem justas e acertadas, as partes firmam o presente CONTRATO, em 03 (três) vias de igual teor, forma e para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, que também o subscrevem.

Brasília, 11 de novembro de 2013.

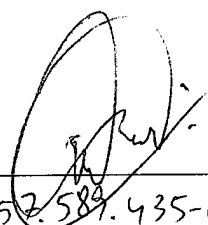

BEATRIZ MAC DOWELL SOARES
FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE
BRASÍLIA

Diretora - Presidente


JOANA BEZERRA DA SILVA LUCENA
VJR COMERCIAL LTDA.

REPRESENTANTE DA CONTRATADA

Testemunhas:

1ª - Nome:  RICARDO A. PELLEGRINE
CPF: 652.589.435-68

2ª - Nome: _____
CPF: _____

e noventa e um mil cento e treze reais e quatro centavos), com fundamento legal no artigo 24, inciso IV da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993. Prévvia autorização de acordo com o Decreto nº 33.662 de 15 de maio de 2012 acostado nos autos na folha nº 248. Ato que ratifiquei em 13 de novembro de 2013, nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e determinei sua publicação no Diário Oficial do DF, para que adquirisse a necessária eficácia. Em 19 de novembro de 2013. Rafael de Aguiar Barbosa - Secretário de Estado.

A Subsecretária de Administração Geral - Substituta autorizou a realização de despesa mediante Dispensa de Licitação nº 289/2013, processo 0060-008440/2013, cujo objeto é a aquisição de material odontológico para abastecimento da Rede SES/DF, em favor da empresa SAUDE-Comércio de Produtos Hospitalares Ltda, no valor de R\$ 13.700,00 (Treze mil e setecentos reais), conforme especificado no Projeto Básico às fls. 04/11 dos autos, com fundamento legal no artigo 24, inciso IV da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993. Prévvia autorização de acordo com o Decreto nº 34.466 de 18 de junho de 2013 acostado nos autos na folha nº 33. Ato que ratifiquei em 11 de novembro de 2013, nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e determinei sua publicação no Diário Oficial do DF, para que adquirisse a necessária eficácia. Em 19 de novembro de 2013. Rafael de Aguiar Barbosa - Secretário de Estado.

A Subsecretária de Administração Geral - Substituta autorizou a realização de despesa mediante Dispensa de Licitação nº 305/2013, processo 0060-008915/2013, cujo objeto é a aquisição emergencial de medicamentos, em favor das empresas: FARMACE INDÚSTRIA QUÍMICO-FARMACÊUTICA CEARENSE, no valor de R\$ 597.816,80 (quinhentos e noventa e sete mil oitocentos e dezesseis reais e oitenta centavos), CRISTALIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEUTICOS LTDA, no valor de R\$ 318.054,00 (trezentos e dezoito mil cinquenta e quatro reais) e GAMACORPHOSPITALAR COM. DE MED. LTDA, no valor de R\$ 4.205,69 (quatro mil duzentos e cinco reais e sessenta e nove centavos), conforme especificado no Termo de Referência fl. nº. 66-80 dos autos, com fundamento legal no artigo 24, inciso IV da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993. Prévvia autorização de acordo com o Decreto nº 34.466 de 18 de junho de 2013 acostado nos autos na folha nº 111. Ato que ratifiquei em 13 de novembro de 2013, nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e determinei sua publicação no Diário Oficial do DF, para que adquirisse a necessária eficácia. Em 19 de novembro de 2013. Rafael de Aguiar Barbosa - Secretário de Estado.

O Subsecretário de Administração Geral, autorizou a realização de despesa mediante Dispensa de Licitação nº 251/2013, processo no 060.011.173/2013, cujo objeto é a aquisição do material PRÓTESE DE OMBRO REVERSA, no valor de R\$31.800,00 (trinta e um mil e oitocentos reais), em favor da empresa MEDICATO PRODUTOS PARA SAÚDE S., com fundamento legal no artigo 24, inciso IV da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993. Ato que ratifiquei em 18 de novembro de 2013, nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e determinei sua publicação no Diário Oficial do DF, para que adquirisse a necessária eficácia. Brasília/DF, 18 de novembro de 2013. Rafael de Aguiar Barbosa - Secretário de Estado de Saúde.

SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 272/2013

A Subsecretaria de Administração Geral/SES-DF comunica a abertura da Dispensa de Licitação nº 272/2013-Núcleo de Judicialização/SES, tipo menor preço, em caráter emergencial, para aquisição de serviço - Internação Compulsória. Procedimento ocorrerá nos termos da Lei nº 8.666/93 e do Termo de Referência - DISAM/SAS/SES. Processo no 060-012.106/2013. O recebimento das propostas juntamente com as documentações originais ou cópias autenticadas em envelope lacrado, será até às 17h00min, do dia 20 de Novembro de 2013. Endereço: Setor Áreas Isoladas Norte - Parque Rural S/N, Térreo, Sala 45 (Núcleo de Judicialização) - Brasília/DF - CEP 70.770-200. Maiores informações no mural da sede da SES.

JOSÉ DE MORAES FALCÃO
Subsecretário

CANCELAMENTO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 278/2013.

A Subsecretaria de Administração Geral/SES-DF, considerando as informações constantes dos autos, venho através desta, tornar público o CANCELAMENTO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 278/2013, referente à aquisição do medicamento daptomicina po liofilo inj. 500mg frasco ampola, nos termos da Lei nº 8.666/93, processo nº 0060.003.864/2013.

JOSÉ DE MORAES FALCÃO
Subsecretário

CENTRAL DE COMPRAS

AVISO DE ABERTURA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 329/2013.

Objeto: Aquisição de Medicamentos não Padronizados pela Secretaria do Estado de Saúde do Distrito Federal, conforme especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência, ANEXO I, do Edital. Processo nº: 060.009432/2013. Total de 01 item. Valor Total Estimado R\$ 125.325,90. Edital: 20/11/2013 de 08h às 12h e de 14h às 17h. Entrega das Propostas: a partir de 20/11/2013 às 08h no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 02/12/2013 às 10h no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: O Edital encontra-se disponibilizado sem ônus, no sítio: www.comprasnet.gov.br e com ônus no endereço: SAIN - Setor de Áreas

Isoladas Norte - Parque Rural s/nº - Asa Norte - Bloco "A", 1º andar, sala 83/124, Central de Compras da SUAG/SES, CEP 70770-200, Brasília/DF.

SYLVIA HELENA VASCONCELOS MENDES PÊGAS
Pregoeira

AVISO DE REABERTURA PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 313/2013

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de ÓRTESES, PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS - OPME, para Neurocirurgia Intervencionista do Hospital de Base (HDBF), não contemplados na Tabela SUS de OPME do Ministério da Saúde para garantir o abastecimento contínuo, necessários para o pleno êxito dos procedimentos de alta complexidade realizado no referido serviço, conforme especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência, ANEXO I, do Edital. Processo nº: 060.005.388/2012. Total de 07 itens. Valor Total Estimado R\$ 1.097.757,60. Edital: 20/11/2013 de 08h às 12h e de 14h às 17h. Entrega das Propostas: a partir de 20/11/2013 às 08h no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 02/12/2013 às 08:30h no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: O Edital encontra-se disponibilizado sem ônus, no sítio: www.comprasnet.gov.br e com ônus no endereço: SAIN - Setor de Áreas Isoladas Norte - Parque Rural s/nº - Asa Norte - Bloco "A", 1º andar, sala 83/124, Central de Compras da SUAG/SES, CEP 70770-200, Brasília/DF.

CERIZE HELENA SOUZA SALES
Pregoeira

AVISO DE ALTERAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 245/2012

Objeto: Aquisição de 3 (três) equipamentos do tipo Ressonância Magnética, para uso nos serviços de radiologia da SES-DF, conforme especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência, ANEXO I, do Edital. Processo nº: 060.006.453/2011. Total de 01 item. Valor Total Estimado R\$ 9.889.500,00. Edital: 20/11/2013 de 08h às 12h e de 14h às 17h. Entrega das Propostas: a partir de 20/11/2013 às 08h no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 02/12/2013 às 09h no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: O Edital encontra-se disponibilizado sem ônus, no sítio: www.comprasnet.gov.br e com ônus no endereço: SAIN - Setor de Áreas Isoladas Norte - Parque Rural s/nº - Asa Norte - Bloco "A", 1º andar, sala 83/124, Central de Compras da SUAG/SES, CEP 70770-200, Brasília/DF.

LARISSA ALVIM DE OLIVEIRA
Pregoeira

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 259/2013

A Pregoeira da Central de Compras/SUAG da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal comunica que, no Pregão Eletrônico por SRP nº259/2013, sagraram-se vencedoras do certame as empresas: SOLUMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA S.A., CNPJ nº 11.896.538/0001-42, para os itens 01, 05 e 11, com os respectivos valores unitários de R\$ 0,105; R\$ 1,9299 e R\$ 0,08; HOSPFAR IND E COM DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ nº 26.921.908/0001-21, para os itens 04 e 10, com os respectivos valores unitários de R\$ 0,08 e R\$ 36,122; ZODIAC-PRODUTOS FARMACEUTICOS S.A., CNPJ nº 55.980.684/0001-27, para o item 12, com valor unitário de R\$ 65,00; NOVARTIS BIOCENCIAS S.A., CNPJ nº 56.994.502/0098-62, para o item 02, com valor unitário de R\$ 1.254,76; EMS S.A., CNPJ nº 57.507.378/0003-65, para o item 03, com valor unitário de R\$ 0,315; perfazendo o valor total global da licitação de R\$ 7.243.412,46.

PRISCILLA MOREIRA FALCÃO
Pregoeira

FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 102/2013

Contratante: FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA-CNPJ 86.743.457/0001-01- Contratada: VJR COMERCIAL LTDA. CNPJ 66.511.429/0002-32. Objeto: Locação de 07 (sete) aparelhos hemoglobímetro fotométrico com leitura por meio de dois comprimentos de ondas, bem como a aquisição dos insumos vinculados ao conjunto integrado, sendo 79.200 (setenta e nove mil e duzentas) unidades de microcuveta hemoglobina/hematócrito em plástico inquebrável. Processo nº 063.000.326/2012. Notas de Empenho: UG - 170202. Gestão - 17202, Números - 2013NE00813 e 2013NE00814, Valores das NE's: R\$ 27.324,00 (vinte e sete mil e trezentos e vinte e quatro reais) e R\$ 6.750,00 (seis mil e setecentos e cinquenta reais) respectivamente. Licitação: Pregão Eletrônico nº 29/2013-SULIC/SEPLAN. Vigência: O contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura e eficácia, com a respectiva publicação de seu extrato no Diário Oficial do Distrito Federal, podendo ser prorrogado conforme legislação vigente. Valor total: O valor total do contrato é de R\$ 149.796,00 (cento e quarenta e nove mil e setecentos e noventa e seis reais). Programa de Trabalho: 10.303.6202.2811.0001. Naturezas das Despesas: 33.90.39 e 33.90.30 Fonte de recursos: 138 (Recursos dos SUS). Assinam: pela Contratante: Beatriz Mac Dowell Soares - Diretora Presidente; e, pela contratada: Joana Bezerra da Silva Lucena.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 092/2012

Contratante: FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA - CNPJ 86.743.457/0001-01- Contratada: LINDE GASES LTDA. CNPJ 60.619.202/0001-48. Objeto: Prorrogar por mais 3 (três) meses a locação do tanque criogênico estacionário para armazenamento de nitrogênio. Processo

CONCEDER afastamento de oito dias consecutivos, nos termos da Lei Complementar 840, de 23 de dezembro de 2011, artigo 62, inciso III, alínea a, por motivo de casamento, à VANUSA ALVES DE OLIVEIRA, matrícula 174021-0 no período de 11 a 18/01/2013.

CONCEDER afastamento de sete dias consecutivos, ref. Licença Paternidade, nos termos da Lei Complementar 840, de 23 de dezembro de 2011, artigo 150, seção IX, Capítulo III, a GEORJITON MEDEIROS SANTANA, matrícula 155264-3 no período de 08 a 14/06/2013; THIAGO DE JESUS DE LANA, matrícula 1438422-1 no período de 13 a 19/09/2013.

CONCEDER afastamento de oito dias consecutivos, nos termos da Lei Complementar 840, de 23 de dezembro de 2011, artigo 62, inciso III, alínea b, a GLÓRIA MARIA ALVES, matrícula 184203-X no período de 26/04/13 a 03/05/2013 pelo falecimento do pai; CÉLIO ALVES DA SILVA, matrícula 1439597-5 no período de 20 a 27/09/2013 pelo falecimento do pai; ANA MARIA COSTA DUARTE MONTEIRO, matrícula 189343-2 no período de 09/05/13 a 16/05/2013 pelo falecimento do pai; RAQUEL PEREIRA COTA, matrícula 1438854-5 no período de 28/09/13 a 05/10/2013 pelo falecimento do pai; SANDRA PENIDO CONSONE, matrícula 1436127-2 no período de 27/10/13 a 03/11/2013 pelo falecimento do pai; MARIA NADY DUARTE MONTEIRO, matrícula 171056-7, no período 05 a 12/07/2013 pelo falecimento da mãe; LUCILENE DOS SANTOS SOARES, matrícula 1434913-2, no período de 05 a 12/07/2013 pelo falecimento do irmão.

CONCEDER Licença Prêmio por Assiduidade, nos termos da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, artigo 139, a JOSIANE IGNO DOS REIS, matrícula 143101-3, 1º Quinquênio: 12/04/2002 a 10/04/2007 (Retificação da publicação do DODF nº 132, de 11 de julho de 2007), onde se lê 15/04/2002 a 13/04/2007, leia-se 12/04/2002 a 10/04/2007; GABRIELA EIKO KOMATSU, matrícula 159269-6, 1º Quinquênio: 22/01/2007 a 20/01/2012; LUIZ FÁBIANO CHAVES BARBOSA, matrícula 171435-X, 1º Quinquênio: 01/10/2008 a 29/09/2013; POLIANA GARCIA VIEIRA DE CASTRO, matrícula 158943-1, 1º Quinquênio: 29/12/2006 a 27/12/2011; LUCINETE GRAMACHO RODRIGUES, matrícula 151764-3, 1º Quinquênio: 15/08/2005 a 13/08/2010; MARIA MONICA DA SILVA, matrícula 144614-2, 2º Quinquênio: 10/02/2008 a 07/02/2013; NEIDE MIRANDA DE MELO FELIX, matrícula 125137-6, 5º Quinquênio: 13/08/2005 a 11/08/2010; JOÃO LEITE DA SILVA FILHO, matrícula 121688-0, 6º Quinquênio: 18/08/2008 a 16/08/2013.

FÁBIO ALAURI JACOB SABINO

**SUBSECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO
E DA EDUCAÇÃO EM SAÚDE
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DE PROFISSIONAIS
E ACOMPANHAMENTO DO CADASTRO
E DA FOLHA DE PAGAMENTO**

ORDEN DE SERVIÇO Nº 350, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DE PROFISSIONAIS E ACOMPANHAMENTO DO CADASTRO E DA FOLHA DE PAGAMENTO DA SUBSECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO EM SAÚDE DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais e considerando o disposto no artigo 3º, item X, da Portaria nº 61, de 30 de março de 2009, RESOLVE:

CONVERTER EM PECÚNIA 03(três) meses de Licença-Prêmio por assiduidade da servidora MARCIA ELAINE FRANÇA PEREIRA, matrícula 164.821-7, na Carreira de Enfermeiro – Enfermeiro, Terceira Classe, Padrão VI, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, nos termos do artigo 142, da Lei Complementar nº. 840 de 23 de dezembro de 2011. Processo nº. 280.000.806/2013.

CONVERTER EM PECÚNIA 03(três) meses de Licença-Prêmio por assiduidade da servidora VITALINA LOPES CORREIA, matrícula 132.934-0, no cargo de Técnico em Saúde – Auxiliar de Enfermagem, Classe Especial, Padrão I, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, nos termos do artigo 142, da Lei Complementar nº. 840 de 23 de dezembro de 2011. Processo nº. 288.000.157/2013.

SÉRGIO DE SOUZA MARQUES

ORDEN DE SERVIÇO DE 18 DE NOVEMBRO DE 2013.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DE PROFISSIONAIS E ACOMPANHAMENTO DO CADASTRO E DA FOLHA DE PAGAMENTO DA SUBSECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO EM SAÚDE DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DF, no uso das atribuições regimentais e considerando o disposto na Portaria nº 61, de 30 de março de 2009, Art. 4º, I, b, publicado no DODF nº 63, de 1º de abril de 2009, RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, aos servidores abaixo relacionados, nos termos da Lei Complementar 840/2011, condicionado o período de gozo, aos critérios da Administração, deduzidos os meses por ventura usufruídos. Administração Central (Nome; Matrícula; Documento; Quinquênio/Período): MARISE TEIXEIRA BOAVENTURA, matrícula 121.600-7, processo nº 061.005.587/1992, 6º 06/09/2008 a 04/09/2013; CELIA RODRIGUES DE SENA, matrícula 130.413-5, processo nº 061.042290/1996, 4º 02.01.2006 a 01.01.2011; PRISCILA ESTRELA HIMMEM, matrícula 158.947-4, requerimento de 30.11.2013, 1º 12.12.2006 a 10.12.2011; EIDER GURGEL DE FREITAS, matrícula 143.750-X, processo nº 062.000.536/1998, 4º 10.08.2008 a 08.08.2013; LUCAS DE CASTRO SILVA PEREIRA, matrícula 164.915-2, requerimento de 17.10.2013, 1º 03.08.2007 a 31.07.2012; CRISTIANO PRADO, matrícula 142.611-7, processo nº 282.000.175/2007, 2º 20.03.2007 a 17.03.2012;

LUIZ COSTA PESSOA, matrícula 143.740-2, processo nº 062.000.248/1998, 4º 22.05.2008 a 20.05.2013; GABRIEL DE MORAIS ALENCAR, matrícula 1.401.203-0, 4º 23.10.2008 a 21.10.2013; RADIGUNDE MAGALHAES CARDOZO, matrícula 147.020-5, requerimento de 05.11.2013, 2º 28.10.2008 a 26.10.2013; EILANY MARIA AMORIM BATISTA ALMEIDA, matrícula 146.706-9, processo nº 060.004431/2009, 2º 22.10.2008 a 20.10.2013; BRUNA CRISTINA DE OLIVEIRA DAIREL, matrícula 156.129-4, requerimento de 04.11.2013, 1º 03.07.2006 a 01.11.2011.

SÉRGIO SOUZA MARQUES

FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA

INSTRUÇÃO Nº 235, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2013.

A DIRETORA PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 23 do estatuto aprovado pelo Decreto nº 34539, de 31 de julho de 2013, RESOLVE: CONCEDER licença para tratar de interesses particulares, pelo prazo de 6 (seis) meses, a contar da data da publicação, à servidora ELAINE RODRIGUES SILVA, matrícula 353075-2. Técnico em Atividades do Hemocentro, nos termos do Artigo 144 da Lei Complementar nº 840 de 23/12/2011.

BEATRIZ MAC DOWELL SOARES

INSTRUÇÃO Nº 236, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2013

A DIRETORA PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII, do artigo 35, do estatuto aprovado pelo Decreto nº 14.937, de 13 de agosto de 1993, RESOLVE: HOMOLOGAR nos termos da Lei nº 3.648, de 26 de agosto de 2005 e Decreto nº 26.373, de 17 de novembro de 2005, o resultado final da Avaliação no Estágio Probatório, de outubro, dos servidores da Carreira de Atividade do Hemocentro de Brasília, a seguir: ALESSANDRA CARLA FERNANDES, matrícula 1401939-6, aprovada com média final 9,84; LIVIA MARIA PASCOAL, matrícula 1401937-X, aprovada com média final 9,64; NADIA CIOCCA DE AZEVEDO, matrícula 1401938-8, aprovada com média final 10,00.

BEATRIZ MAC DOWELL SOARES

INSTRUÇÃO Nº 237, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2013.

A DIRETORA PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII, do artigo 35, do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 34.539, de 31 de julho de 2013, RESOLVE:

Art. 1º Designar HILMA PEREIRA DOS SANTOS, matrícula 1.402.082-3, como executora e CLÉIA BARBOSA DE LIMA, matrícula nº 1.402.057-2, como executora substituta do Contrato nº 102/2013-AJUR/FHB, objeto do processo nº 063.000.326/2012.

Art. 2º Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação.

BEATRIZ MAC DOWELL SOARES

FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIAS DA SAÚDE

ORDEN DE SERVIÇO Nº 87, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2013.

A DIRETORA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIAS DA SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais e considerando o disposto no art. 2º, inciso III, alínea "a", c/c art. 4º, da Instrução nº 02, de 08.02.11, publicada no DODF de 09.02.11, RESOLVE: CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO POR ASSIDUIDADE aos servidores abaixo relacionados, nos termos do art. 139 da Lei Complementar nº 840, de 23.12.2011, condicionando o período de gozo aos critérios da Administração, deduzido os meses por ventura usufruídos: ANA KARLA SAMPAIO DE CARVALHO VICARIA, matrícula nº 135.369-1, Processo nº 064.000.225/2009; Quinquênio 3º - 23.11.2004 a 22.11.2009; ANDERSON CARDOSO DE ARAÚJO, matrícula nº 127.678-6, Processo nº 061.027.634/1995, Quinquênio 5º - 20.10.2007 a 19.10.2012; ASENATH TEIXEIRA DE MENEZES FARINASSO, matrícula nº 121.728-3, Processo nº 061.006.727/93, Quinquênio 6º - 06.11.2008 a 05.11.2013; CRISTINA MARIA FIGUEIRA MACHADO, matrícula nº 121.373-3, Processo nº 061.030.689/1992, Quinquênio 6º - 01.09.2008 a 31.08.2013; HERICA DE FÁTIMA GUSMÃO BARROS TEIXEIRA DIAS, matrícula nº 146.600-3, Processo nº 064.000.304/2008, Quinquênio 2º - 22.10.2008 a 21.10.2013; KARLA MARIA CARMONA QUEIROZ, matrícula nº 169.735-8, Processo nº 064.000.488/2013, Quinquênio 1º - 05.09.2008 a 04.09.2013; MARA KELLY SILVA LEAL, matrícula nº 126.475-3, Processo nº 061.005.613/1992, Quinquênio 5º - 06.02.2006 a 05.02.2011; e MARIA CRISTINA SIMÕES, matrícula nº 121.925-1, Processo nº 061.003.612/1992; Quinquênio 6º - 08.11.2008 a 07.11.2013.

GISLENE REGINA DE SOUSA CAPITANI

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PORTARIA Nº 114, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 102, inciso V do Regimento interno desta pasta, aprovado pelo Decreto nº 28.691, de 17 de janeiro de 2008, RESOLVE: